

Auxílio emergencial

Benefício injeta R\$ 3,1 bi em MT

Karina Arruda
Da Redação

Pagamento do auxílio emergencial já injetou R\$ 3,1 bilhões na economia de Mato Grosso. Este é o valor liberado pela Caixa Econômica Federal a 1,1 milhão de pessoas até 1º de setembro. Nesta quinta-feira (3), o governo federal publicou a Medida Provisória (MP) 1.000/2020 que estabelece o pagamento de mais 4 parcelas até o fim do ano aos beneficiários. O valor, no entanto, foi reduzido à metade, caindo de R\$ 600 para R\$ 300.

Com o aditamento, os beneficiários passam a contar com 9 parcelas, ao todo, sendo 5 no valor integral (de R\$ 600 ou R\$ 1.200) e mais 4 (de R\$ 300 ou

R\$ 600). O calendário das últimas ainda não foi divulgado pela Caixa Econômica Federal. Os valores serão pagos até 31 de dezembro. Se beneficiam, nesse caso, até mesmo os trabalhadores aprovados recentemente, que começaram a receber a 1ª parcela a partir de agosto.

Quem já é beneficiário não vai precisar solicitar os novos pagamentos. Estas serão pagas desde que a pessoa esteja enquadrada nos novos critérios, que inclui a proibição de recebimento de outros benefícios, como seguro-desemprego ou renda familiar mensal total acima de 3 salários mínimos, entre outros. As mães chefes de família tem direito ao valor em dobro, ou seja, mais 4 parcelas de R\$ 600.

O vendedor Cirilo Souza, 38, é um dos beneficiados pelo auxílio emergencial e comemora a renovação. Como já tinha cadastro no CadÚnico, o autônomo recebeu o comunicado de aprovação no primeiro ciclo de pagamentos, ainda em abril, e receberia o último pagamento até setembro. Com 4 parcelas na mão, ele temia ficar sem o recurso. “O benefício tem sido de grande ajuda, até porque eu não podia sequer viajar para comprar produtos. E como a renda caiu, os planos para este ano também diminuíram”, lamenta.

Durante o anúncio de extensão das parcelas, o ministro da Economia, Paulo Guedes, informou que o novo orçamento custará quase R\$ 90 bilhões aos cofres públicos. Em conjunto, ressaltou que as despesas reforçam a necessidade de votação da reforma administrativa, proposta legislativa encaminhada ao Congresso nesta quinta (3).

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) aponta que 6,5% dos domicílios do país sobreviveram apenas do auxílio emergencial e julho. Outro levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) calcula que, em Mato Grosso, o benefício contribuiu para reduzir em 18,7% a camada mais pobre da população, que recebe menos de meio salário mínimo (R\$ 522,50).



Arquivo

Caixa Econômica Federal pagou o auxílio a 1,1 milhão de pessoas no Estado